



Conferência de abertura solene - IX Simpósio sobre
Reforma Agrária e Questões Rurais
Dias 18 e 19 de novembro de 2020

As relações campo cidade em discussão: superando dualidades

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

IX SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS

Online



Mediadora: Vera Lúcia Silveira
Botta Ferrante (Uniará)



Conferencista: Dulce Andreatta
Consuelo Whitaker (Uniará)



9h - ABERTURA SOLENE: Conferência de Abertura

*A relação campo-cidade
discussão: superando dualidades*

O tema desta abertura é aparentemente simples: o campo com suas ruralidades, produção agropecuária, camponeses e vida rústica. Em contrapartida, a cidade, espaço de mais conforto, da indústria e, portanto, de desenvolvimento tecnológico e intelectual.

Sabemos todos, no entanto, que esse é o mundo das aparências. Oculto por elas, ocorrem processos complexos, obscurecidos pela ideologia da supervalorização do urbano, derivada do modo de produção capitalista, o que contaminou a Sociologia quando está se apresentou como ciência.

Durkheim, por exemplo, o principal fundador, valorizava em excesso a divisão do trabalho social, que em suas brilhantes análises, reforçava a solidariedade orgânica. Ora, são fenômenos urbanos, pois não?

Nos anos 1960, liamos grandes sociólogos como Simmel, Wirth, Horowitz e Lefebvre, cujos textos valorizadores da cidade moderna, seus efeitos sobre a vida mental e a ação política eram enfatizados. Havia então o direito à cidade e o deslumbramento com o *flâneur*, percorrendo as galerias da Paris do século XIX.

Mas essa linha teórica já apresentava contradições. A urbanização na América Latina era tardia e acelerada e já preocupava os sociólogos, especialmente no Brasil, onde não houvera tempo para preparar infraestrutura das cidades para uma preocupante “explosão urbana” Assim, nossas supostas metrópoles não tinham o charme de Paris e de seu *flâneur*.

E mais: se a cidade era o “cadinho da ação política”, como explicar o fenômeno das Ligas Camponesas, sufocadas nos primeiros momentos da ditadura civil-militar em 1964? O que é importante dizer é que, aos 86 anos estou falando do ponto de vista da minha trajetória até chegar à Sociologia Rural. Outros pesquisadores podem fazer outras leituras do desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

Nos meus grupos de referência, enquanto aluna de pós-graduação na USP, e nas minhas leituras da época, todas ou quase todas as preocupações dos sociólogos se voltavam para os problemas urbanos, as questões sindicais e/ou políticas, enquanto os antropólogos se voltavam para as comunidades rurais. Não que não tivéssemos grandes nomes na Sociologia Rural. Basta lembrar Maria Isaura e Antônio Cândido.

Maria Isaura era uma mulher aristocrática que vivia entre Paris e São Paulo, mas não hesitou em se aprofundar em Estudos Rurais e em chamar o camponês de camponês, em uma época em que isso não era de bom tom, já que grandes teóricos afirmavam que não houve campesinato no Brasil do latifúndio e da escravidão. E Antônio Cândido produziu um clássico da Sociologia Rural – “Os Parceiros do Rio Bonito”, que lemos e relemos até hoje. Mas vejam, mesmo Antônio Cândido, se mudou para os estudos literários, que evidentemente tinham mais prestígio à época em questão¹.

E na cidade, o que atraía os estudiosos era a polêmica da existência ou não de uma classe operária que iria participar de uma revolução mundial, ilusão da qual confesso ter participado. Então formavam-se sociólogos rurais de um lado e sociólogos urbanos de outro e até departamentos separados chegaram a existir em algumas universidades.

¹ O sociólogo francês Pierre Bourdieu se debruçou muito na França sobre o maior ou menos prestígio das diferentes áreas acadêmicas, tema que também analisei, mas apenas no nível do vestibular.

Por volta dos anos 1980, com o grande avanço das relações capitalistas no campo, alguns sociólogos chamaram atenção para o fato de que esse modo de produção unificara o rural e o urbano, ou seja, o campo e a cidade, ambos submetidos ao capital, superando, portanto, a dicotomia entre esses dois espaços. É inegável que a Sociologia Rural ganhou prestígio e houve extraordinário avanço dos estudos rurais a partir de então.

Na minha experiência, no entanto, apareceu então uma nova contradição, com novas ilusões servindo como obstáculos epistemológicos. Se o rural e o urbano estavam unificando-se, então, o campo estava se urbanizando e o trabalhador rural seria o novo proletário. Na verdade, havia motivos para tais ilusões: a verticalização da produção nas *plantations* deu origem ao conceito de Complexo Agroindustrial – o que chamamos hoje de Agronegócio – uma verdadeira fantasmagoria a esconder as ruralidades em resistência. Gado confinado, frango em prateleiras com os bicos cortados, porcos apinhados, “ruas” nos canaviais com placas numerando quadras, tudo era interpretado como urbanização. Em nossa região, o triângulo Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, as usinas se multiplicavam para a fabricação do álcool, com seus operários morando no campo e os cortadores de cana – trabalhadores rurais – morando na cidade. Um formidável processo ideológico declarava o desaparecimento do rural.

Se esse era ou é ainda o mundo das aparências, temos que desvelar o que estava por traz desse concreto confuso, sincrético, complicando as análises. Fiz minha pesquisa de campo para o doutorado no início dos anos 1980 e em meio aos canaviais da minha região encontrei pequenos sítios e bairros rurais resistindo ao avanço da *plantation*. Ou seja, na região agrícola mais rica do avanço do agronegócio um rural “inexplicável” se mantinha bravamente².

A luta pela terra, a tímida reforma agrária que se anunciava na ditadura agonizante, já eram notícias para os que se dedicavam a pesquisar os processos sociais no campo. Levantes de trabalhadores rurais pelo Estado de São Paulo todo, e muito especialmente em Guariba e Barrinha, nesta região, repercutiam no país e no exterior. Em 1985 saí para um pós-doutorado na Inglaterra e alunos e colegas enviavam recortes de jornais sobre a nova política de assentamentos de reforma agrária que de certa forma derivava daqueles levantes.

Cumpre lembrar aqui que a repressão a esses levantes foi cruel, conforme levantamento recente da Comissão da Verdade, publicado por nossos Retratos de Assentamentos, repressão esta comandada pelo secretário da segurança do Estado de São Paulo, governado a época pelo PMDB, sendo secretário, nada mais nada menos do que o sr. Michel Temer. Aquele rural que ia desaparecer, não só sobrevivia no campo como começava a se diversificar em inúmeras ruralidades. E a repressão indicava que a unificação entre o campo e a cidade significava novas articulações e aprofundamento da hierarquização e subordinação do rural pelo urbano.

Para o que me proponho neste artigo, a questão mais difícil foi: de que rural devo falar para contrapor às relações perversas que vejo se estabelecendo entre o campo e a cidade? E

² Na minha banca de qualificação houve dúvida: “A gente passa de carro pela sua região e só vê cana”. Mas o concreto só se torna um concreto explicado, após um procedimento analítico. E era isso que eu estava fazendo – analisando resistências.

de que cidade falarei, já que esse espaço intensificado pelo capital também é de variedade quase infinita e nem sempre são observados os critérios adequados para considerá-lo, como bem demonstra José Eli da Veiga.

Quando estamos diante de um problema que nos desafia, frente a uma totalidade histórica que se amplifica, temos que encontrar uma porta de entrada que nos permita caracterizar um momento crucial nessa totalidade, um momento revelador que explique essa totalidade, se não inteira, pelo menos no seu essencial. O exemplo clássico desse procedimento analítico que desvela é o conceito de mais-valia que faz brotar toda exploração na relação entre o capital e o trabalho por ele subsumido.

Procurei um ponto da relação campo-cidade que tivesse essa força heurística e para tal escolhi a relação entre um determinado tipo de rural e a metrópole. Para justificar a escolha desse específico tipo de ruralidade nesse imenso caleidoscópio que é o campo no Brasil, passo a expor alguns tipos ideais que construí a partir de minhas experiências de pesquisa. Não participo exatamente da sociologia weberiana, aquele formalismo oscilante entre a “crítica e a aceitação”, mas concordo em que construir tipos ideais nos fornece instrumentos analíticos e heurísticos muito úteis para a investigação do real

Assim, na minha trajetória de pesquisadora do campo brasileiro pude construir três tipos ideais de ruralidades, distribuídos por esse espaço que a cidade ainda não engoliu. Em primeiro lugar, observo um tipo de rural que chamo tradicional e que resumirei adiante, lembrando um pouco o rural da minha infância. Em segundo lugar vem o rural da contemporaneidade, sobre o qual tenho me debruçado nos últimos anos - os assentamentos de reforma agrária, com seus novos espaços e novos atores sociais. Finalmente temos um rural esquecido, o rural dos quilombos - que só agora há poucas décadas, está sendo reconhecido e pesquisado.

Em minha tipologia, não considere o rural do agronegócio porque esse espaço não é mais rural. É uma projeção do urbano, com sua pretensa racionalidade. Mas também não é urbano. É apenas um processo de desruralização, bastante deletério, tanto em relação à sociabilidade e à cultura do campo como em relação à natureza. Necrófilo, portanto.

Também não considere o novo rural, uma ruralidade em expansão, porque é algo relativamente novo que ainda está em observação, mas já com muita gente boa estudando. E atenção, essa nova categoria de ruralidade - o novo rural - não é o agronegócio, que não tem nada de novo. É apenas o velho latifúndio, travestido de modernidade pela aplicação da tecnologia, enquanto o novo rural implica alternativas ao modelo hegemônico, em pequena escala. Vejo nele a potência de uma possível mudança de subjetividades necessária à transformação sistêmica, para o desaparecimento da servidão maquinica provocada pelo capital.

Escolhi, para este exercício teórico, o rural tradicional de sítios e velhas fazendas, o tipo ideal mais conhecido e mais fácil de demonstrar. Para mim, especialmente, foi aquele do qual mais perto vivi na minha infância e entendo que ao compará-lo a uma cidade consigo estabelecer uma relação que expressa a realidade do Brasil atual, com suas crises, sejam urbanas, sanitárias, ambientais. Mas de que cidade estou falando? Temos aqui um imenso

quebra-cabeça que vai de pequenos vilarejos às megacidades, verdadeiras metrópoles desvairadas, como diria Mário de Andrade.

Não tenho exatamente uma tipologia de cidades, e nem sei se já existe tal exercício teórico, mas levo em conta as caracterizações de José Eli da Veiga que nos esclarece. Para um espaço ser considerado especificamente urbano deve obedecer a certos critérios como número de habitantes e densidade demográfica. Descarto, portanto, não só as cidades pequenas, como aqueles espaços que caracterizei em minha tese de doutorado como as franjas do rural-urbano, ou seja, espaços considerados urbanos, mas que se apresentam com características em transição para o rural.

Escolhi então para meu processo analítico da relação campo-cidade, aquele que é mais tipicamente urbano na modernidade: a metrópole. Por que a metrópole? A metrópole se liga diretamente à *plantation* do agronegócio com sua racionalidade produtiva, o que foi há muito observado por Richard Morse. A *plantation* nada mais é do que o agronegócio com sua produção de commodities para a exportação ou para uso na cidade. Assim, ela esvazia as pequenas cidades à sua volta e acelera a urbanização nos grandes centros, onde sua produção é comercializada. Ou seja, o agronegócio desruraliza e desurbaniza ao mesmo tempo.

II - A ILUSÓRIA SUPERAÇÃO DA DUALIDADE CAMPO-CIDADE

A sociologia rural teve grande avanço no Brasil quando sociólogos começaram a observar que o capitalismo tinha unificado a cidade e o campo, (ou seja, o rural e o urbano) para melhor explorá-los. Derivaram daí, no entanto, como já observei, novos obstáculos epistemológicos, provocados pela ideologia supervalorizadora do urbano que interpretou as transformações do campo, provocadas pelo capital, como um processo de urbanização. Assim, acompanhando a ideologia do desenvolvimentismo, através da qual a urbanização era desejável como indicador de progresso, confirmou-se a ilusão de que o rural estava desaparecendo, ideia essa que acompanhou e inspirou estudos no final do século passado e ainda pode ser encontrada em alguns planejadores de políticas públicas, quando consideram como urbano um vilarejo com 18 habitantes.

Um bom antídoto para vencer a ilusão que prega o fim da vida rural é a leitura de um clássico dos estudos culturais na Inglaterra, o belo livro de Raymond Williams, O Campo e a Cidade. Williams era um marxista brilhante que se dedicou aos estudos culturais. Resenhando criticamente um autor de sua época, encontrou uma profunda nostalgia do mundo rural que havia desaparecido há mais ou menos 50 anos. Foi então em busca da literatura desse período e encontrou em poetas e prosadores, a lamentação de um “tempo feliz”, o modo de vida campestre que já havia desaparecido há um tempo mais ou menos semelhante. A erudição de Williams levou-o ao que chamou uma escada rolante em direção ao passado e em toda a literatura consultada esse tempo feliz havia desaparecido. Foi parar à época da acumulação primitiva e lá estava a famosa obra de More, a Utopia. Parou por aí porque senão teria chegado ao Éden. Que rural era este que existia e não existia? Williams fala de sua infância na fronteira entre Inglaterra e Gales,

lembra seus verdes campos e as contradições com os fornos de carvão mineral e também as ambiguidades entre sua aldeia e as cidades, Londres e Cambridge.

Williams então me deixa muito à vontade para falar do rural tradicional, inspirado em minha infância. É um rural que nunca existiu de forma tão bucólica, mas existe na minha memória e paradoxalmente existe na realidade concreta porque é um rural que resiste, se transforma, mas persiste. E então, para pensar as relações entre o campo e a cidade temos que partir dele, para mostrar que mesmo na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, o campo exibe suas ruralidades remanescentes. E no Brasil? Como fica esse rural tradicional? Bem, aqui existem outros obstáculos epistemológicos a destruir. Se o rural estava por desaparecer, desapareceria também o campesinato. Aliás, por volta dos anos 1960/1970 não se podia falar em camponês no Brasil. Para direita era um conceito subversivo, coisa de comunistas que andavam pelo campo tentando doutrinar os pacíficos trabalhadores das preciosas fazendas. E para a esquerda, nunca houvera camponês no país do latifúndio, da escravidão e da monocultura. E no entanto, um olhar mais cuidadoso na história (às vezes basta olhar para nossos antepassados como faz Williams) e vamos encontrar imensa variedade e diferentes formas de vida campestre, que não só resiste como se reconstrói no mundo todo porque já se sabe que a vida nas metrópoles não é para todos.

O caso brasileiro é emblemático: na luta pela terra aparece aquilo que diziam nunca ter existido: o camponês, aquele que produz o alimento e então produz a vida, enquanto agronegócio, com suas *plantations* é necrófilo. Produz a morte da natureza, o desaparecimento de inteiros ecossistemas, e com eles a cultura e a vida. Em tempos de pandemia, vale lembrar quantos animais perdem seus nichos com o desaparecimento dos ecossistemas. Muitos desaparecem, mas os ecólogos mostram como para sobreviver invadem pomares, pousam em animais tabulados pela agropecuária “industrializada” e depositam ali os vírus que em sua cadeia alimentar criada pela natureza nada de maligno provocavam. E nem se diga por isso que o vírus veio do campo. Na verdade, o desflorestamento e a desfaunação são realizados pelas necessidades da cidade metropolizada.

E aqui já estamos demonstrando as perversidades da hierarquização entre campo e cidade. Mas antes de mostrar essa perversidade em relação ao rural tradicional, temos que lembrar mais um preconceito contra o camponês que atinge até os bem-pensantes: a crença de que o camponês, por viver longe das influências políticas da cidade, (o “cadinho da ação política”, lembram-se?) seria conservador. Isso, no discurso dos mais generosos, porque para os mais equivocados, o homem do campo seria, na sua essência, um reacionário. Um véu ideológico derivado do urbanocentrismo impede os “revolucionários urbanos” de perceber a base camponesa de todas as grandes revoluções do século XX: a Revolução Russa, a Revolução Chinesa, a Revolução Mexicana e a Revolução da Nicarágua. E certamente nada sabem sobre as constantes rebeliões camponesas na Europa medieval, sufocadas pelo embrião do Estado, que animava as nascentes cidades para destruir a velha comunidade que seria desarticulada para acumulação primitiva.

E pensemos no papel político do campesinato indígena da Bolívia, revertendo o recente golpe provocado pelas “fake news” da imprensa internacional. E nós? Nossa história é

cheia de revoltas camponesas: Cabanada, Cabanagem, Canudos, Contestado (a lista seria interminável), algumas afogadas em banhos de sangue como o genocídio de Canudos.

Qual seria a razão dessa predominância do prestígio do urbano sobre o rural que aparece até no pensamento revolucionário e, portanto, não se pode atribuir só ao poder político da cidade. O processo deriva também da historiografia burguesa que enaltece as grandes revoluções burguesas do século XIX, que foram realizadas nas cidades, aliás, massacrando os ímpetus revolucionários de outras classes sociais revolucionárias naquele período. Assim, a ação política e os processos revolucionários eram urbanos e a Europa em urbanização era a estrela do processo civilizatório, mesmo que concomitantemente sufocasse o operariado e dilacerasse a África.

Da mesma forma, o aparecimento das civilizações da antiguidade, à beira dos grandes rios do Egito e da Mesopotâmia é interpretado e encarado como fruto das cidades, quando na verdade, as civilizações em questão foram frutos da abundância de cereais, produzidos após as enchentes dos grandes rios, abundância essa que permitiu a primeira grande divisão do trabalho e a especialização de funções.

Assim, a primeira condição para superar esse dualismo é combater a ideologia burguesa que valoriza a cidade em detrimento do campo. Aliás, temos que superar a necessidade de superar dualismos, e partir de outros modelos, como por exemplo das sociedades indígenas que ocupam seus espaços sem esse tipo de hierarquização. E criticar então, a ideia corrente de que o cidadão (olha a linguagem denunciando o preconceito) fica mais inteligente ou mais politizado por viver na cidade. Na verdade, são as condições adversas do lavrador e as políticas públicas favoráveis ao urbano que fazem parecer rústico aquele que suja as mãos para produzir o alimento que estimula o intelecto do “cidadão”.

E agora, que penso ter eliminado os principais preconceitos que atuam criando obstáculos epistemológicos à compreensão das relações perversas que se estabeleceram entre o campo e a cidade, passo a analisar a articulação entre esses dois espaços, o que se complicou desde que as relações capitalistas se aprofundaram no campo brasileiro.

III – CAMPO E CIDADE: UNIFICAÇÃO OU ARTICULAÇÃO PERVERSA?

Florestan Fernandes já demonstrava em vários dos seus ensaios, a capacidade que a produção capitalista desenvolveu de articular o que há de mais moderno e sofisticado com os métodos mais arcaicos e rústicos do trabalho, que se pensava estarem superados pelo progresso tecnológico. Esse recurso para eliminar custos e fazer crescer a produção se tornaria claro com as denúncias de trabalho infantil nos anos 1980/1990 na cadeia produtiva dos mais expressivos ícones da tecnologia como automóveis e computadores. E trabalho infantil produtivo, ou seja, subsumido pelo capital, ocorre principalmente no campo, para a cadeia produtiva urbana.

De onde saem essas crianças que se submetem às tarefas impostas pelo capital? Evidentemente do rural tradicional empobrecido pela competição com a *plantation*, sua tecnologia e seus venenos. A riqueza que brota dos trabalhos nas *plantations* é enviada para as metrópoles dos portos e aeroportos que exibem o máximo em conteúdo urbano,

em qualquer análise sociológica. Esse conteúdo é deslumbrante: shopping centers, teatros, museus, torres imensas desafiando o espaço. Mas Durkheim, mesmo valorizando a divisão do trabalho social já se preocupava com a anomia recorrente do seu excesso. E hoje temos filósofos defendendo a ideia de que o capitalismo funciona em estado de anomia. É por exemplo a tese de Vladimir Safatle em *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Essa anomia, escondida pelo planejamento urbano, em meu entender nada mais é do que a entropia provocada pelo uso abusivo de energia e pelo caráter artificial das aglomerações de milhões de seres humanos apinhados em prédios, praças e ruas.

O gigantesco esforço de organização do planejamento urbano para diminuir o impacto antrópico dos recursos utilizados pela vida nas grandes cidades esconde a anomia (nem sempre), mas a entropia é transferida para longe, bem longe, na zona rural. E obviamente essa transferência da entropia recai sobre os habitantes do campo que a suportam e pagam o ônus de manter o espaço urbano aparentemente organizado. Gigantescas hidrelétricas destruindo ecossistemas, desflorestamento e defaunamento para produzir carne a ser consumida e/ou exportada para outras metrópoles, *plantation* de cana para o álcool dos automóveis tornarem o trânsito menos poluidor, soja transgênica para obter divisas e pagar os royalties da tecnologia aplicada à manutenção do agronegócio e da “limpeza” nos espaços urbanos. Isso para não falar do fantástico volume de lixo urbano depositado integralmente nos espaços rurais e não, evidentemente, nas *plantations*.

Em suma: a agricultura familiar, ou seja, o rural tradicional, fornece alimentos para a metrópole e recebe em troca a entropia por ela produzida. Não se coleta lixo nas áreas rurais, mas deposita-se nela o lixo coletado nas cidades. E as cidades continuam deslumbrando pela incrível organização e produção da “vida inteligente”.

Vivemos em um sistema que nega ao campo: hospitais, universidades, teatros e salários dignos, além de todos os equipamentos urbanos que transformam a cidade em ponto de atração universal, e depois acusa-se a zona rural de atraso. Ora, o “atraso” do campo é projeto, projeto de dominação, para extrair dele a riqueza que sustenta o suposto “adiantamento” da cidade e esconde a anomia provocada pelo capital. Assim, as perversas articulações entre o campo e a cidade vão se delineando com análises mais profundas para além da ideia de unificação³.

E as mazelas da cidade? Dirão os meus críticos com razão. Realmente, as cidades, as metrópoles principalmente, não conseguem exportar para o campo toda entropia que provocam. Então “empurram” para baixo, nos centros urbanos, ou para os lados nas periferias que brotam à sua volta, toda malignidade ambiental que se pensa estar abolida. Para se ter uma ideia desse cenário de distopia, aconselho a leitura de um antropólogo norte-americano. Mike Davis, que foi açougueiro e caminhoneiro e hoje dá aulas em uma universidade da Califórnia. Em sua obra ele fala de cidades de quartzo e mostra o que são os subterrâneos das megacidades em um país rico e adorado pela burguesia, principalmente pela pequena burguesia brasileira.

³Elas (as articulações) se acentuam exatamente neste momento em que a extrema direita chega ao poder no Brasil. Para tanto, basta observar as medidas de primeira hora de Bolsonaro neste desgoverno que nos assombra.

IV – À GUIZA DE CONCLUSÃO

Em minha percepção dialética, é esse estilo de vida criado pelo capital nas metrópoles que determina o avanço das *plantations* e a destruição daquele rural bucólico que nunca existiu, mas existe transformado e existe forte na minha memória. Sim, vou falar da minha infância. Não é de bom tom colocar questões pessoais em textos acadêmicos, mas R. Williams faz isso em seu precioso livro, partindo de sua infância na aldeia próxima, em região carvoeira, e fala das dificuldades de seu pai e de seu avô para se manterem camponeses em um país industrializado, cujo rural “desaparecera”, mas persistia, conforme sua escada rolante literária ia em direção ao passado.

Autorizada por Williams, vou falar da minha infância, para concluir de forma esperançosa este ensaio em que transformei minha conferência deste importante simpósio. Quando eu tinha cinco para seis anos, meus pais saíram do Rio de Janeiro e nos mudamos para um *front* pioneiro, no qual uma vila se formava, em meio a pequenos sítios e algumas fazendas de porte médio. Pirapozinho, uma vila em formação, era praticamente rural. Era uma região pioneira, (e que chamávamos então boca de sertão) situada na Alta Sorocabana, oeste de São Paulo, onde as cidades brotaram ao avanço do café e das linhas de trem.

Na verdade, Pirapozinho, hoje um importante apêndice de Presidente Prudente era, em 1940, uma vila rural. Entre campos de algodão e de amendoins, rodeados pela policultura do campesinato em formação, havia aquela pequena rua de “areião” ladeada por casas de madeira extremamente precárias. Obviamente não havia água encanada ou esgoto apropriado e a escuridão estrelada da noite tinha que ser enfrentada com lamparinas a querosene.

Vínhamos da capital do país e quem conhece bem o Rio de Janeiro sabe o quanto já era sofisticado e cosmopolita morar no centro, na Cinelândia, nos anos 1940. Lembro-me de minha mãe chorando porque não conseguia, naquela vida rústica, acender o fogão à lenha, que meu pai acendia para ela e conseguia porque era de origem rural. Não é fácil imaginar o impacto daquela rusticidade sobre quem viesse das poucas cidades urbanizadas do Brasil de então.

Quanto a mim, no entanto, foi um impacto positivo. Naquele lugar inóspito, cheio de pioneiros, eu poderia agora andar sozinha e brincar naquelas ruas que se tronavam lamacentas em dias de chuva. Havia um quintal enorme cheio de árvores, uma cabra, cujo leite tomávamos e três cavalos, a condução da época. Meus pais não me aterrorizavam mais, como faziam no Rio de Janeiro, onde me alertavam contra estranhos: não aceitasse balas ou qualquer presente, fosse de homem ou de mulher, porque poderiam me pegar e fazer coisas horríveis que eu não sabia bem o que poderia ser. Eu podia ficar sozinha com meu irmão, também pequeno, na casa aberta, que nada aconteceria. Liberdade, enfim.

É claro que havia o desconforto e todas as mazelas que podem ocorrer em diferentes competições e conflitos sobre a posse de terras. Mas para mim foram tempos felizes e gostaria de assinalar agora, de um ponto de vista da memória pessoal, três características do rural tradicional, que me ficaram como essenciais a serem recuperadas, se desejamos um modo de vida humanizado, seja no campo, seja na cidade: a tranquilidade, a hospitalidade

e o que chamo hoje de “largueza”. Essas características fazem parte do rural tradicional entendido como tipo ideal.

A tranquilidade já está expressa em minha fala sobre os tempos felizes da infância vivida nos quintais e ruas sem automóveis. A hospitalidade era natural do cotidiano. Chegava gente de toda parte, muitos “nortistas” que era como chamavam os nordestinos, e logo eram vizinhos, sitiantes amigos, compadres. E a “largueza” completava essa hospitalidade com os sítios e fazendas, para os quais meus pais iam a cavalo, onde comiam frutas a vontade e traziam o que conseguiam carregar. Esse conceito do espaço me foi fornecido por uma senhora que entrevistei mais recentemente, fazendo minha tese de doutorado. Embora morando em cidade pequena – e com quintal cheio de árvores frutíferas, ela me afirmou que sentia saudades de quando morou em fazenda porque havia “largueza”.

Pois bem! A tranquilidade foi substituída pelo estresse da metrópole, onde todos temos medo, muito medo. A hospitalidade deu lugar à xenofobia – a recusa ao estrangeiro, e não só ao estrangeiro, mas também aos da própria pátria, quando chegam de longe, de outras regiões, de outros Estados. E a “largueza” nas metrópoles só existe para os ricos que podem morar em condomínios horizontais, ou construir mansões rodeadas de gramados e cuidadas por cães ferozes e guardas. Então, na minha visão dialética, é nessa contradição entre o rural tradicional que resiste e a expansão das metrópoles, que faz avançar as *plantations* do agronegócio, que podemos encontrar uma síntese das crises provocadas pelo modelo hegemônico de relação campo cidade: a crise ambiental, a crise sanitária que faz avançar pandemias, a crise de valores, característica da produção de mercadorias.

Dessas relações perversas entre campo e cidade brotam desgraças por toda parte. Já demonstrei em outra palestra, na Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais, da Feagri/Unicamp, que quando um camponês morre de fome na África, enriquece os barões do algodão, subsidiados nos Estados Unidos. A mesma relação tem a fome da África, com a nossa produção de soja que, exportada, alimenta o gado europeu confinado, o que libera os prados para o trigo e outros cereais subsidiados com os quais o camponês africano não consegue competir.

São muitas as relações perversas que podem ser equacionadas e podem mostrar uma geopolítica necrófila em relação ao rural, que se expande pelo planeta todo. Consegui equacionar apenas uma delas. Mas pensem na soja em expansão no Brasil, país do arroz e feijão. Produzimos soja, mas não nos serve de alimento. É impressionante a atualidade de Caio Prado Junior. Somos um país voltado para as necessidades do mercado externo. Esse modelo estranho se expandiu. Vivemos em um planeta que especula, nas bolsas de valores, com os commodities que deviam alimentar a humanidade, o que provoca a crise alimentar: por volta de um bilhão de pessoas passam fome em um mundo pleno de abundância – de commodities, é claro. Refletindo sobre tantas perversidades, penso em um mundo no qual campo e cidade tenham uma continuidade harmônica, contínua, sem hierarquização e, portanto, sem relações ocultas. Não se trata apenas de superar dualismos e sim desigualdade e exploração. Sim, concordo, é uma utopia a se realizar em outro modo de produção.

Enquanto esperamos pela transformação sistêmica que produza tal milagre, temos que elaborar uma teoria do tipo das grandes narrativas, captando, de todos os pontos de vista, as relações perversas entre todos os tipos de urbano e todas as ruralidades tradicionais, incluindo nela indígenas e quilombolas. Um olhar poliocular, como exige Morin, deve se encaminhar na direção da metrópole e desvendar a irracionalidade desse modo de vida que cria as ilusões do progresso.

A Sociologia Rural tem que se adequar às exigências da nova ciência, com suas teorias da complexidade e de transdisciplinaridade, o que vai muito além da interdisciplinaridade. Na transdisciplinaridade exige-se uma ciência unificadora. Eu já disse, em outras ocasiões, que a Sociologia Rural pode ser essa ciência unificadora, pelas suas interfaces com a Ecologia, com a Geografia, com a Antropologia. E precisamos ainda da Física para compreender as Leis da Termodinâmica que ajudam a entender a entropia e nossas exigências de energia.

Convido então, os pesquisadores presentes nesta rede, a começarem a desvelar as profundas relações entre os espaços aqui considerados. Com uma teoria transdisciplinar, é possível denunciar as mazelas que se ocultam sob o manto ideológico da superurbanização e provar que são provocadas por essa tendência promovida pelo capital. Esta seria a base para a construção de um novo modelo campo-cidade, quando este planeta, em que vivemos todos, tiver a possibilidade de um novo modo de produção e de uma nova ciência unificadora que estude a natureza pra venerá-la e não para violentá-la.